

Data Máxima Venia

HOLTZ, Abel. "Data Máxima Venia". Agência CanalEnergia. Rio de Janeiro, 22 de março de 2019.

O cenário que se desenha para a renegociação do "Anexo C" ao Tratado Binacional de Itaipu por opiniões diversas entre políticos, acadêmicos no lado do Paraguai, no momento, e que a imprensa espelha define um posicionamento com visões políticas e hegemônicas muito fortes pelo que se pode inferir pelo verbalizado por estes, desenhando uma postura em relação aos brasileiros de desconfiança quanto aos objetivos justos já delineados. Tal cenário justifica uma melhor análise pelas Partes Contratantes do que virá a ser negociado.

Citando duas poucas intervenções publicadas na imprensa, foi relatado que o assessor político da Presidência da República, Daniel Centurión, mencionou em entrevista que o tratado Itaipu Binacional representa algo histórico para o Paraguai. Ele ressaltou que o governo nacional está fortemente comprometido em ter seus interesses ouvidos e que, portanto, ressaltou que a equipe será assessorada pelo analista e pesquisador americano Jeffrey Sachs, que tem uma base "ad honorem". Em outra ocasião, o relato foi do engenheiro Nelson Cristaldo que disse que o Paraguai deve ter sua energia disponível para comercializá-la para terceiros países, não apenas para o Brasil.

O caso da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, sob a égide do tratado entre Brasil e Paraguai, tornou-se um exemplo de uma atitude correta no interesse dos países envolvidos, mas, mesmo assim, tem sido o assunto de discussões específicas em relação aos compromissos do Paraguai com o Brasil com relação à transferência da energia não consumida pelo nosso vizinho e parceiro, de sua cota na produção de energia em Itaipu, para o Brasil em condições pactuadas por ocasião da assinatura do Tratado Binacional confirmadas ao longo dos 47 anos de vigência.

O presidente do Paraguai ao vir discutir a agenda com o presidente do Brasil na última semana, mostrou-se discreto e reservado quanto ao que foi discutido em relação ao tema e as notícias publicadas na imprensa de ambos os países foram relacionadas à construção de novas pontes ampliando a interligação entre os dois Países. Nada foi relatado sobre o tema renegociação do "Anexo C", nem foi abrigada qualquer das colocações acima referidas.

Visando o bom termo dos entendimentos o presidente do Paraguai definiu que o vice-ministro das Relações Exteriores, Hugo Saguier Caballero, de sua inteira confiança, virá a ser designado embaixador em Brasília com o fim de se encarregar da liderança da negociação que se estabelecerá para a atualização do Tratado Binacional incluindo o "Anexo C".

Por outro lado o Senado Paraguaio, por meio de sua Comissão Especial sobre Entes Binacionais, Desenvolvimento do sistema Eléctrico Nacional e Renegociação do Anexo C do Tratado de Itaipu, iniciou o debate sobre a posição e opções que deve ter o Paraguai em futuras negociações com os brasileiros. Abel González, senador liberal, preside a comissão e observou que o primeiro pedido externado para o Poder

Executivo, foi fazer parte da mesa de negociações.

O Paraguai há alguns anos, contratou uma consultoria internacional para uma análise do Tratado e seus desdobramentos. Apesar de muitos políticos reconhecerem o benefício que Itaipu causou ao desenvolvimento do País os técnicos que estudaram o assunto concluíram que os compromissos assumidos com o pagamento de financiamento para a construção da Usina foi finalizado em 2018 e não seria em 2023 como o Brasil entende. O Brasil rejeita essa conclusão e reafirma o que está definido no Tratado e põe a disposição os dados para qualquer análise isenta.

Recorde-se que a cessão da energia não consumida da cota do Paraguai, porque a demanda da ANDE não absorveria a disponibilizada energia, para o Brasil, foi definida em razão da maior parte dos compromissos assumidos com o financiamento para a construção do empreendimento, foi assumido pela parte brasileira via a Eletrobrás. Com a aprovação da gestão dos compromissos, no final do prazo estabelecido, o Paraguai terá o direito de explorar diretamente toda a sua cota de parte para próprio uso, venda para o Brasil ou terceiras partes interessadas.

Uma vez que as linhas gerais da negociação quando vierem a ser acordadas, pode-se inferir que, continuando a ter uma demanda menor que a disponibilidade da energia de sua cota parte, haverá de ter um mecanismo pelo qual o Paraguai poderá vender a energia a seu risco, no mercado brasileiro, e considerando a segurança das receitas derivadas desta venda poderá fazer sua “securitização” e constituir um fundo, com garantias financeiras sólidas para alavancar empréstimos com a banca internacional, para investimentos em novas usinas hidrelétricas e na infraestrutura do seu sistema elétrico, para seu desenvolvimento e mesmo assim, continuar sendo o maior exportador de energia elétrica do mundo.

Dada a relevância do tema e sua importância para a composição da nossa matriz de geração devemos ser pragmáticos para manter a continuidade da vinda da energia não consumida pelo Paraguai pelo tempo que esteja disponível em condições que venham ser estabelecidas. Lembrando que o desenvolvimento das energias renováveis em nossa matriz de geração é constante e precisaremos dar segurança ao suprimento aos consumidores com fontes de energia firme.

Assumimos que devemos conhecer melhor os pontos de interesses comuns entre o Brasil e nosso amigo vizinho, o Paraguai, e saindo de interferências nefastas de terceiros que o único desejo é tumultuar, deixando o discurso de benefícios inadequados, hegemonia, ou o que for. Há tempo para tenhamos uma negociação sadia, feliz e isenta de percepções anacrônicas, e como bem disse a direção da usina, no momento a prioridade é a continuidade do programa de manutenção e modernização da planta ampliando a sua capacidade de geração e segurança. Mas, temos que alinhar nossas agendas já, para o bom termo das negociações.